

A primeira instituição estatística brasileira*

Nelson de Castro Senra¹

Resumo

A primeira instituição estatística brasileira teve caráter provincial, e não nacional, em 1845, segundo uma tradição estatística. Deu-se ao sul do país, na província de São Pedro do Rio Grande, na fronteira platina, região sempre conflagrada. Seu exemplo foi seguido, anos depois, em 1850, pela província fluminense, ao lado da Corte. Seu mentor técnico, Corrêa da Câmara, um scholar notável, moldou mentes ao longo do tempo. Uma instituição estatística nacional só viria em 1871, cabendo-lhe realizar o Censo de 1872 e prosseguindo com seus labores durante a República, a partir de 1889.

Palavras-chaves: Atividade estatística brasileira, Arquivo estatístico gaúcho, Arquivo estatístico fluminense, Corrêa da Câmara.

* Uma versão bastante diferente deste trabalho foi apresentada no Simpósio “Demografia Histórica e Sócio-História da Estatística: aproximações interdisciplinares”, no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Águas de Lindóia, São Paulo – Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012.

¹ Doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Mestre em Economia (Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE / FGV). Pesquisador e Professor no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)

The first brazilian statistical institution

Abstract:

According to a statistical tradition, the first Brazilian statistics, conducted in 1845, were not national but provincial. They were carried out in the south of the country, at the province of São Pedro do Rio Grande, on the Argentinian border- a constantly disputed area. Years later, on 1850, this example was followed by the province of Rio, next to the Court. These projects' technical councilor was Corrêa da Câmara, a remarkable scholar who influenced many minds throughout time. There would not be a national statistics institution until 1871, which is the one that conducted the 1872 census, and which, from 1889 on, was used by the Republic to continue the production of statistics.

Key words: Brazilian statistical activity, Gaucho Statistical Archive, Rio's Statistical Archive, Corrêa da Câmara.

A primeira instituição estatística brasileira não foi nacional, mas antes provincial e localizada ao Sul do Brasil, São Pedro do Rio Grande, uma região fronteira, em permanente conflito com a Banda Oriental do Uruguai, e não raro também com algumas províncias da Argentina, as que lhe eram mais próximas, e mesmo esteve em conflitos com o Império Nacional. Não por outra razão, aquela região acabou moldando uma tradição estatística, a primeira e a mais sólida do Brasil. As guerras por lá havidas exigiam conhecer as populações, bem assim, os recursos disponíveis para sua intendência.

A despeito desta tradição, os trabalhos estatísticos eram realizados por curiosos, por certo cultos, com visão de mundo, mas sempre faltava continuidade e sistematicidade, em suma faltava alguém que desse “adeus à disponibilidade”, ou, dito de outra forma, se engajasse na atividade estatística, e o fizesse por inteiro, de corpo e mente.

Os fatores de sucesso virão pela junção de duas grandes figuras do cenário nacional: do lado do querer, ou do poder, Luiz Alves de Lima e Silva, o então Barão de Caxias (futuro Conde, Marquês e Duque de mesmo título), e do lado do saber fazer uma figura que apenas surge de tempos em tempos, o Conselheiro do Imperador, radicado naquela Província, Antônio Manuel Corrêa da Câmara. Mais que um criador notável, um inegável scholar, foi um formador de seguidores, e de fato muito dos que com ele trabalharam alçaram, depois, trabalharam na esfera nacional, levando seus ensinamentos.

Soube pensar as etapas da atividade estatística em suas minúcias e as refinava a cada momento, ainda que elas estivessem tendo sucesso. Nada lhes era bastante, tudo podia ser melhor. Lamentavelmente, não viveu muito para fazer avançar sua obra, para fazê-la durar muito tempo, o que a arrefeceu nos embaraços burocráticos.

O fim das lutas. A volta ao Império.

Desde final de 1835, os gaúchos (como eram, e ainda são, chamados os naturais da província de São Pedro do Rio Grande) negaram o Império, dando início à Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha). Aprofundando o rompimento, em 1836 fundaram a chamada República Rio-Grandense (ou República de Piratini), e puseram Bento Gonçalves na presidência. O Império, então, vivia o difícil Período Regencial (1831-1840)², com suas muitas revoltas, sendo aquela, por ter lugar na delicada fronteira platina, especialmente

² Em 07 de abril de 1831 o primeiro Imperador, D. Pedro I, abdicou em favor de seu filho, ainda uma criança com 6 anos. O futuro Imperador seria criado por tutores designados pelo Estado, e em 24 de maio de 1840 as Câmaras reunidas decidem declarar sua maioridade, tornando-o Imperador de fato como Pedro II.

melindrosa, a exigir solução enérgica. As tentativas imperiais de combate foram todas em vão, e a revolta se arrastava, e se alastrava, até que em final de 1842, Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, é nomeado presidente da província, e é posto à frente das forças imperiais em operações na província. Competente e meticoloso, fortemente legalista desde sempre, combate os rebeldes sem quartel: para tanto promove a conscrição e provê cuidadosa intendência, querendo números e mapas, que busca à exaustão, mas sem sucesso. Havia notícias da existência de estatísticas e de valiosas cartas locais, mas ninguém as localiza.

Caxias luta, e vence, sem desonrar os vencidos. Vem a dita “paz honrosa” de Ponche Verde, em início de 1845. Então, a província de São Pedro do Rio Grande é “reintegrada” ao Império; sendo o acordo assinado, em nome dos revoltosos, por Davi Canabarro (pois, pouco antes, Bento Gonçalves se afastara do comando da revolta). Sim, consciente do destemor e da valentia dos gaúchos, e da relevância estratégica da província na complexa política platina, o Governo Imperial negociou e conciliou. Então, já feito Conde, Caxias dirige-se à abertura da 1ª sessão da 2ª legislatura da província de São Pedro do Rio Grande, “depois de oito anos³, em que, suspensos os trabalhos desta Assembleia por motivo da intestina guerra”, dando sua visão pessoal daquele período convulso. Entre vários pontos, diz que “desde logo encetei as operações, não como o único meio de chamar os dissidentes à ordem, mas como um meio auxiliar da política de conciliação, que empregava, e que sempre empreguei em iguais casos, para poupar sangue de irmãos”. Pois, terminada aquela convulsão diz que “a paz reanima todos os ramos da pública felicidade”, todos tendo ciência das “vantagens da Monarquia Constitucional Representativa”. E conclui dizendo que “tão extraordinária metamorfose é devida em parte ao caráter franco, e leal da maioria do povo Rio-Grandense, caráter que sempre conservaram os legalistas, e os dissidentes” (Relatório, 1846:4-5).

Medidas adotadas são reveladas. O relatório, como de costume, à época, segue atento a diversas temáticas, tratando dos problemas e das realizações, das necessidades e das dificuldades de atendimento. E trata também da “estatística da província” (Relatório, 1846:22-23), rememorando a existente tradição gaúcha nessa seara, bastante natural, por seu contínuo estado de guerra, justo a razão mais remota dos estados fazerem censos e mapas, para tanto criando registros diversos. Sim, desde cedo aquele torrão pátrio fez-se Estado, e por breve tempo tornou-se Estado Nacional. Por sua posição era partícipe das disputas platinas, tendo praticado interesses econômicos específicos; suas relações comerciais com os vizinhos eram variadas e intensas, as fronteiras eram bastante tênues; as guerras eram

³ Por força do Ato Adicional (agosto de 1834) que criou as Assembleias Provinciais, a 1ª legislatura foi instalada em abril de 1835, sendo presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que muito contribuiu, com suas ações nefastas, para o início da revolta.

frequentes e o provimento ao esforço de guerra era grande. Por tudo isso, era preciso conhecer as populações (com realce à iniciada colonização de estrangeiros, com seu clero próprio, em geral não católico), bem assim, suas produções, suas rendas e suas posses; em suma, era preciso conhecer os movimentos de exportação e de importação, sem o quê não se tributaria, e não se fariam as guerras.

Pois Caxias, ciente disso tudo, pergunta: “onde param todos esses documentos, todos esses materiais para a estatística da província?”; para logo responder, consternado: “eis o que não vos poderia dizer, Senhores. À Secretaria da Província não foram recolhidos” (Relatório, 1846:4-5)⁴. Então, em face desse quadro, anuncia a medida que tomara:

Para continuar, ou antes, para começar de novo os trabalhos estatísticos nomeei, em 12 de setembro de 1845, o Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, muito conhecedor da Província, muito inteligente, afincado ao estudo, e capacíssimo para bem desempenhar essa honrosa comissão. Espero que ele saiba vencer as dificuldades que lhe não hão de faltar; e se seus trabalhos não forem completos, serão ao menos os melhores possíveis para uma primeira tentativa deste gênero. Já à Secretaria da Presidência remeteu ele uma longa exposição do que há feito, acompanhada de observações sobre os seus futuros trabalhos, pelo que se colige que sua atividade não tem estado um momento em ócio (Relatório, 1846, p. 22-23)⁵.

Caxias conhecia as habilidades diplomáticas do Conselheiro, e o devia admirar. Devia saber de sua total doação pessoal às missões recebidas, às causas assumidas, e bem terá imaginado que, com aquela nomeação, a atividade estatística estaria em boas mãos. Pois, para seguir adiante, vendo a tradição estatística gaúcha, e logo depois as realizações do Conselheiro, façamos-lhe um breve perfil, nos valendo de Aurélio Porto, ao que parece seu último biógrafo (na verdade, biógrafo dos Corrêa da Câmara) (Porto, 1937).

O saber-fazer: Corrêa da Câmara

Antônio Manuel Corrêa da Câmara, terceiro de quinze filhos do casal Patrício José Corrêa da Câmara e Joaquina Leocádia da Fontoura, nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, em 24 de setembro de 1783, e faleceu em Porto Alegre, capital do mesmo estado, em 30 de junho de 1848⁶. Segundo Aurélio Porto, desde cedo mostrou “vivacidade, inteligência e pendor para os estudos” (Porto, 1937:85), e, por isso, aos 16 anos foi para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio São José, onde ficou pouco tempo, dando asas aos seus pendores

⁴ Caxias informa ter oficiado a José Marcelino da Costa Cabral, de quem se falará adiante, “pedindo informação a respeito”. Mas não se sabe a resposta recebida.

⁵ Note-se que em poucos meses, desde sua nomeação, até a preparação daquele relatório da presidência, Corrêa da Câmara atuara com afinco.

⁶ Então, ele fica à frente do Arquivo Estatístico por apenas 4 anos, 9 meses e 18 dias. Muito pouco para o tanto que seria preciso para consolidar a atividade estatística.

militares. Já em 1800 seguiu para a Índia, como cadete voluntário; em 1804 estará em Lisboa, já na patente de tenente. Com a invasão francesa, se afasta do serviço militar, e vai para Tomar, vivendo de ensinar a meninos; quando forçado pelos franceses a se reapresentar, oferece-se aos resistentes, servindo a Portugal. Em 1810, e por nove anos, fica preso na França, quando retorna ao Brasil.

Toma partido da regência do Príncipe, quando da volta de Dom João VI, e por isso chega a ser preso. Declarado inocente, por ação direta de D. Pedro, participa ativamente da Independência, gozando da estima de José Bonifácio, que diz ser seu “íntimo amigo”. Por instância do Patriarca, desenvolve uma “literatura política com o fim de zurzir as intenções antibrasileiras dos recolonizadores” (Porto, 1937:92). E data desse tempo, nesse gênero literário, a publicação “Correspondência Turca Interceptada a um Emissário Secreto da Sublime Porta, residente na Corte do Rio de Janeiro”, que coleciona despachos, ou cartas, supostamente enviadas à Turquia, em que aproveita para elogiar o Príncipe, e seu governo, bem assim, criticar os colonizadores portugueses; e põe tudo num contexto internacional, valendo-se de sua vivência de viajante. Escreve também “Resposta do Pontífice aos Carbonários” e “Manifesto da Praia Grande”, em que mostra provocante inteligência. Segundo Aurélio Porto, avança nos estudos de economia, e mostra interesse em estatística; faz previsões estratégicas, e antevê uma guerra contra o governo do Paraguai, como atestam seus despachos diplomáticos.

Tem várias missões diplomáticas, e as exerce a contento, mas nem sempre atingindo o desejado sucesso. Serve ao Império, tendo várias missões.⁷ De sua missão em Buenos Aires, deixa perfil acurado de Bernardino Rivadavia, por quem expressa admiração, e de sua missão em Assunção, emite opiniões oportunas, não atentadas devidamente, sobre Gaspar Rodrigues Francia e Francisco Solano Lopes, sucessivos ditadores no Paraguai. É para esta missão em Assunção, para dar-lhe a distinção necessária que, segundo Aurélio Porto, é feito membro do Conselho de Estado.

É desse tempo, em paralelo à diplomacia, uma obra curiosa: “Aproveitamento dos dromedários como meio de condução”, advogando sua introdução no Brasil, de modo a aumentar a comunicação. E também escreve “Considerações sobre algumas notícias do tempo”, em que analisa os movimentos republicanos na América Hispânica. Serve depois à República Rio-Grandense, a que adere a contragosto, monarquista que era, e o faz levado

⁷ Em 1823, segue em missão no Chile, para levar convite do Governo Imperial ao Almirante Thomas Cochrane para comandar a armada brasileira, e a ela fazer somar seus navios. Fundador da armada chilena, à época estava em atritos com o governo chileno, por questões de posse de terras.

por irrecusáveis regionalismos. Logo, já sob Caxias, volta a servir ao Império, e cumpre missão junto a Frutuoso Rivera e a Manuel Oribe, no Uruguai. E é então que Caxias o nomeia responsável pela repartição de estatística.

Segundo Aurélio Porto, Corrêa da Câmara era “alto, claro, cabelos alourados, olhos penetrantes e castanhos, testa elevada e inteligente, nariz levemente adunco, com traços fortes de energia e de vontade”, que, em suma, afirma: “constituía um belo tipo de homem”. Era “grave, circunspecto, de atitudes medidas, quase protocolares; vestia à moda do tempo, com a elegância diplomática que adquirira no convívio das velhas cortes europeias”. Com o tempo, afirma Aurélio Porto, seu coração adquiriu “certo azedume que o levou à misantropia”, e de fato nunca se casou; tornou-se severo em excesso, e chegou a pedir para um dos irmãos a pena de morte, acusando-o de carbonário (revolucionário), e pede a saída do pai do comando das fronteiras, por não mais o achar em idade para tão árdua função. Pouco a pouco, alija os amigos, “obcecado pela ideia de que seria traído”, mas tem por José Bonifácio uma admiração que mantém por toda a vida, e o diz seu “maior amigo”, seu “íntimo amigo”. A Caxias sempre menciona com reverência e mesmo deferência; tendo-lhe inegável admiração. (Porto, 1937:102-3)

Sua última função, ou missão mesmo, seria à frente da repartição de estatística. É nomeado em 12 de setembro de 1845, e começa a trabalhar de imediato, como Caxias afirma no relatório enviado à abertura da Assembleia provincial, e visto antes. Em 30 de junho de 1848, é achado morto no quarto contíguo à repartição de estatística, onde vivia de modo frugal. Ao seu lado, na cabeceira estava sua última obra, a mais perene: “Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, que sairá em 1851. Dela logo falaremos, depois de passear pela tradição estatística gaúcha.

Tradição estatística gaúcha

Já nos primórdios da Independência⁸, dois nomes surgem: Francisco Xavier Ferreira e Antônio José Gonçalves Chaves.

O primeiro, antes de se tornar constituinte, em 1822, dirigiu sugestões às autoridades provinciais sobre a elaboração das estatísticas. Diz, com muita propriedade, que “a Estatística de um Estado Nacional, de uma província mesmo, é obra do mais excessivo e prolixo

⁸ A Independência do Brasil foi proclamada pelo então Príncipe Regente D. Pedro, a 7 de setembro de 1822. À época o país era Reino Unido a Portugal. O Brasil assume, então, o regime monárquico, e o adotará até 15 de novembro de 1889, quando um golpe militar implantará uma República.

trabalho; é uma obra, que fazendo parte da Economia Política, ainda hoje a não tem perfeita muitas Nações civilizadas e cultas". E a vê como de "difícilima execução", sendo "obra do tempo, de assídua indagação, da aplicação de muitos sujeitos, coletivamente empregados para seu desempenho". A seu juízo, como plano, "a estatística tem por objeto conhecer as riquezas e as forças de um Estado, apresentando: 1º o quadro de sua extensão territorial; 2º de sua população; 3º de suas produções; 4º de suas fábricas; 5º de seu comércio". Por fim, indica as pessoas que deveriam responder às questões de cada item; essas pessoas, para se porem de acordo sobre os resultados, trabalhariam em "conferências", reunindo-se em "sala pronta no próprio Palácio" (Ferreira, 1940:137-8).

O segundo, Antônio José Gonçalves Chaves, em 1822 e em 1823, fez cinco textos com o título "Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil"⁹; na quinta memória considerou as estatísticas provinciais, com o título: "Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular". Autêntica corografia, aborda as clássicas temáticas desse tipo de obra: população, território, produção, receitas e despesas, comércio interno e externo, e, por razões regionais, trata das missões jesuíticas; destaca cidades e vilas; tabelas e quadros contêm números em profusão, em ótimo visual. Vejamos suas palavras introdutórias, em que se aventura pela etimologia da palavra "estatística", e, nos moldes da Aritmética Política, faz uma relação dos temas a serem quantificados oportunamente, e oferece algumas ilações de como os processos de produção poderiam ser conduzidos, província a província, até se ter um retrato nacional estatístico (e critica Portugal em matéria estatística):

A Etimologia desta palavra é incerta; uns querem que venha de Stadt, Cidade, ou Estado Policiado; outros Statera, balança que premeia [sic], ou calcula as coisas do Estado; outros querem que venha de Status, situação, ou Estado da República. Como quer que seja ela designa uma ciência mais ou menos cultivada em todos os tempos, e por todas as Nações, tirando-se de qualquer das derivações quase a mesma ideia. Nós a definiremos segundo o fim a que ela se propõe: ciência que avalia a força, riqueza, e poder do Estado político; analisa o território, a população, produções, indústria, comércio interior e exterior, e os Exércitos de mar e Terra, para conhecer os meios de conservar a prosperidade e grandeza; e aumentá-la mesmo se é possível. Um fim tão majestoso não se consegue somente com simples nomenclaturas, e coleções de quadros; mas sim adicionando arrazoamentos, e reflexões científicas, fundadas em fatos, e doutrinas, que conduzam ao conhecimento evidente de todos os elementos políticos, e a melhor maneira de tirar deles a maior vantagem possível para o Estado Social. Do pouco que temos exposto concluímos nós que não podemos produzir algum tratado passável [sic] de Estatística da Província, em razão de nos faltarem informações da maior importância, as quais não temos podido obter ainda com muitos esforços, e alguns sacrifícios, a que nos sujeitamos; seja por

⁹ Publicada anonimamente, teve sua autoria fixada em 1922, por J. B. Hafkemeyer S.J., que a reeditou na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano II, 2º e 3º trimestres, 1922, pp. 149-373. As referidas memórias têm a seguinte estrutura: 1ª Sobre a necessidade de abolir os Capitães Generais (1822), 2ª Sobre as municipalidades compreendendo a união do Brasil com Portugal (1822), 3ª Sobre a escravidão (1823), 4ª Sobre a distribuição das terras incultas (1823), 5ª Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular.

pouco fervor de algumas pessoas, a quem nos dirigimos, seja pelas dificuldades reais, que essas pessoas encontrassem no desempenho de nossas incumbências. Contudo, não deixaremos de transcrever alguns mapas, e notícias Estatísticas, que estejam ao nosso alcance, tanto para tirarmos deles alguns resultados, que comprovem nossos raciocínios econômicos, como para ver se assim desafiamos pessoas mais aptas a tratarem completamente tão interessante matéria, e particularmente os Governos Provinciais, a quem nenhuma desculpa se pode dar por suas omissões nesta parte tão essencial para a administração pública. A Nação mais negligente em produções deste gênero tem sido sem dúvida a portuguesa; não pode pois o Brasil estar adiantado nesta ciência. Nós julgamos desnecessário inculcar a necessidade dos conhecimentos estatísticos, porque todos sabem, que sem eles é mesmo impossível fazer boas Leis, e ainda mesmo Administração equitativa. Parece que os Governos de cada Província poderiam (dirigindo às diversas Comarcas e Distritos instruções em que se exigissem das Câmaras respectivas, e Magistrados, informações Estatísticas) obter facilmente e em pouco tempo elementos suficientes para ordenar a Estatística de suas Províncias, e destas Estatísticas parciais se formaria uma obra completa, ou Estatística do Brasil, a qual ainda quando não fosse perfeita, ao menos seria de muita utilidade pública. Não se pode esperar de nós que tratando da População, Agricultura, Comércio, Indústria, ou Finanças possamos apresentar suas relações respectivas como convém fazer no desempenho de um tratado de Estatística, porque a cada passo nos faltam os dados, como já ponderamos; apenas podemos pretender agitar esta importante matéria, para despertar gênios que possam desempenhar, indicando como atrás fizemos a intervenção do Governo, sem a qual será mesmo impossível, que cheguemos a ter algum tratado capaz. Eis aqui os dados que os Governos Provinciais devem exigir de cada Cantão: Extensão e divisão do território. População e suas diversas relações. Produções, minas, pesca e indústria; e apreciação de toda a sorte de riquezas. Comércio, sua extensão e relações. Impostos; objetos em que assentam, e despesa que se faz em sua percepção. Forças de terra, e mar, e estado de seus aquartelamentos. (Chaves, 1922:265-6)

Em suma, a seu juízo, os fins das estatísticas, que considera “majestoso”, não se dá “com simples nomenclaturas, e coleções de quadros”, ao que se somariam “arrazoamentos, e reflexões científicas, fundadas em fatos, e doutrinas, que conduzam ao conhecimento evidente de todos os elementos políticos, e a melhor maneira de tirar deles a maior vantagem possível para o Estado Social”, numa visão moderna de produção e análise juntas. Lamentava não ter tido em mãos mais informações, “seja por pouco fervor de algumas pessoas, a quem nos dirigimos, seja pelas dificuldades reais, que essas pessoas encontrassem no desempenho de nossas incumbências” e esperava que, com seu trabalho, conseguisse motivar “pessoas mais aptas a tratarem completamente tão interessante matéria”, e acrescentava categórico, “particularmente os Governos Provinciais, a quem nenhuma desculpa se pode dar por suas omissões nesta parte tão essencial para a administração pública”. (Chaves, 1922: 266s)

Não há notícia se essas obras foram contratadas pelas autoridades da província, ou se foram feitas por iniciativas pessoais dos autores. Àquele tempo, à falta de estrutura organizacional competente para elaborar estatísticas, era comum os estados delegarem, por contratação, essa atividade a pessoas que, por alguma razão, se mostravam capazes

de realiza-la. Não raro eram pessoas apenas viajadas, que, sem terem participado dessas atividades alhures, as tinham seguido à distância; outras vezes tinham alguma formação acadêmica, em geral sendo matemáticos. Ao contratado autorizava-se irrestrito acesso aos papéis oficiais (registros administrativos), o que nem sempre era efetivo, dado que os “donos” desses papéis lhes tinham muitos ciúmes, e, até com razão, não os queriam desorganizados. Havia queixas, de ambas as partes, e era comum se dilatar os prazos definidos nos contratos.

A próxima iniciativa acontecerá em setembro de 1833, quando o Conselho Administrativo da Província (órgão anterior às Assembleias Provinciais) incumbiu José Marcelino da Costa Cabral da organização da estatística provincial, a ele sendo passados os trabalhos estatísticos feitos antes por José Pedro Cezar, que dessa matéria se ocupara (de quem existe rápida notícia, apenas). Neste caso, trata-se de uma contração evidente, sendo-lhe passados recursos financeiros no orçamento aprovado em 1832. Em junho de 1834, remeteu relatório ao referido conselho dando conta dos planos de trabalho, mas, infelizmente, não se conhece seu conteúdo; em setembro de 1835, dias antes de eclodir a revolução, em novo relato dirigido ao conselho descreve “os grandes e insuperáveis embaraços que encontrara”, mas não se sabe quais terão sido, embora se os consiga imaginar, já se estando em estado de guerra; e pede que se lhe dispense da atividade “logo que tenha posto em ordem os documentos arquivados para serem transmitidos à Secretaria da Presidência”. Isso conta Caxias, que informa ter oficiado àquela pessoa, solicitando informações, e é dele que obtém essas datações e realizações, documentos não encontrados, como afirma em seu relatório. (Relatório, 1846: 22-3)

O olhar oficial à atuação de Corrêa da Câmara

Caxias refere-se ao trabalho de Corrêa da Câmara no relatório de 1846, como visto antes. Em final daquele mesmo ano, deixa suas funções na província, já eleito Senador do Império. Em 1847, o novo presidente, Manoel Antônio Galvão, mantém presente o assunto, e comunica que dois auxiliares foram agregados à repartição de estatística: o engenheiro José Maria Pereira de Campos e o oficial da Secretaria da Tesouraria de Fazenda Sebastião Ferreira Soares. (Relatório, 1847, 14-15) Este, já na Corte, tempos depois ganhará projeção nacional, chegando a Diretor da Repartição de Estatística do Ministério dos Negócios da Fazenda; a ele Corrêa da Câmara não poupa elogios, em seu livro, pela competente organização das estatísticas da receita e da despesa, das importações e das exportações.

Em 1848, a mensagem do vice-presidente, no exercício da presidência, João Capistrano de Miranda Castro, dá conta da ebulição dos trabalhos, e manifesta otimismo pelas realizações. (Relatório, 1848, p. 18-19) Do relato de Corrêa da Câmara (que não mais se dispõe), fala das “valiosas aquisições” da repartição de estatístico (documentos diversos, sem dúvida) e elogia os “importantes cadernos” em que são apresentados resultados numéricos. Estes “cadernos” ou “quadernos” foram criados por Corrêa da Câmara para resolver problemas de impressão, problemas de diversas ordens (como adiante veremos), e muito em particular, das tabelas longas e largas. Vimos alguns desses cadernos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em perfeito estado de conservação. São papéis almaço, duplo-ofício, costuradas na lombada. Tabelas grandes ocupam as páginas paralelas, com absoluta perfeição, ou seja, sem torção alguma, tornando possível seguir as linhas na horizontal facilmente. Feitas a bico de pena, têm clareza total nas letras e nos números, como se fossem impressas; por certo tomava muito tempo elaborá-las e reproduzi-las em algumas cópias. Os mapas (quadros, tabelas) de população ainda desagradam, apesar da atenção dos pastores (protestantes), mas sem a devida atenção dos párocos (católicos); fala-se em fazer um censo. Por fim, realça o envio à repartição de estatística de “amostras mineralógicas”, indicando uma expressiva ampliação do escopo daquele órgão; essa ação será reforçada pela elaboração da “grande carta geográfica” da província, sendo contratados “Engenheiros Astrônomos de Limites”¹⁰, e sendo adquiridos equipamentos especialadíssimos.

Em aditamento ao relatório acima, portanto, para a mesma sessão de 1848, o presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa informa que “o Conselheiro Encarregado nesta Província da Estatística tem mostrado habilidade, e constância no desempenho dos seus deveres; mas precisa ser ajudado em muitos sentidos pela ação imediata do Governo; a qual de certo lhe não faltará da minha parte”. Segue, também, lamentando a insuficiência dos mapas (quadros, tabelas) da população, e declara: “se o Governo não ajudar este trabalho com medidas vigorosas, nunca o Encarregado da Estatística conseguirá elementos para organizar tais mapas” (Aditamento, 1848: 22). Da intenção à ação efetiva, ia, contudo, uma boa distância. E logo Corrêa da Câmara estaria morto, levando a uma infeliz solução de continuidade (mas com recorrentes tentativas de recuperação, como serão vistas adiante, sempre baldadas).

Antes de seguir adiante, valerá enfatizar que a repartição de estatística era denominada oficialmente como “Arquivo Estatístico”, e esse nome nos parece natural. Ora, as estatísticas

¹⁰ “Para esse importantíssimo trabalho fez a Repartição uma aquisição que reúne as precisas habilitações, o Dr. George Felipe Carlos Theodoro Norrmann, assinalado nos estudos de Química, Física, Arquitetura, Mineralogia, Botânica, Agrimensura prática e Agronomia”. Relatório, (1848: 19).

são agregações sucessivas de informações individuais (de pessoas, de famílias, de negócios, etc.), e, das duas, uma, ou essas informações individuais são criadas em pesquisas estatísticas, e à época, dadas as técnicas, só poderiam ser através de censos, sempre lentos e caros, ou são obtidas nos registros administrativos, parte essencial das burocracias. Essa extração de informações individuais para fins estatísticos é feita passando-as, já sob alguma agregação, para algum formulário desenhado previamente. E, tal e qual, o destino dos registros administrativos são os arquivos públicos, como mortos, é natural que tais formulários de agregação também o sejam, mas por serem registros já agregados, e serem passíveis de ulteriores utilizações, nada mais certo do que coloca-los em arquivos distintos.

A obra focal de Corrêa da Câmara (I)

Cumpra a estatística (volvo a dizê-lo), indicar os meios de que os corpos políticos organizados devem lançar mão, para conseguirem os grandes fins da sociedade; isto é, perfectibilidade e progressos por meio de melhoramentos, assim materiais, como morais, e é precisamente o que faço, não ostentando erudição de puro luxo, mas cumprindo dever essencial. Corrêa da Câmara (Câmara, 1851: 40)

Ao morrer, à sua cabeceira é encontrado aquele que seria seu último livro, e o mais perene: “Ensaio Estatístico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, publicado em Porto Alegre, na Tipografia do Mercantil, em 1851, com 115 páginas, fora anexos em separado (formato in-4º). Há um exemplar disponível na Biblioteca Nacional, o único de que se tem notícia. Na introdução, Corrêa da Câmara explica o título que utiliza, e o faz com inegável modéstia, mas bem sabe que fez algo de valor. Seu texto quase não contém números, que estão apostos em separado.

Dou o modesto título de ensaios a estes trabalhos estatísticos. Os minguados elementos de que pude dispor para confeccioná-los, não me permitem decorá-lo com outro mais pomposo. Tais quais, eu os tenho por mui preciosos. [...] Em todo caso o meu sucessor achará neles um começo não depreciável da estatística provincial; que ele terá de continuar, e provavelmente com outros meios que eu não tive (Câmara, 1851: 6).

Os números que integram a obra, produzidos ou colecionados por ele, que estão apostos em separado, são enumerados em listagem ao final da obra: “Relação dos maços e quadernos que acompanham esses ensaios” (p.108-15).¹¹ Aurélio Porto (1938: CLXL) diz que foram feitos “111 quadros estatísticos, 18 mapas e cartas geográficas, ficando quase pronto

¹¹ No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul há vários desses cadernos (Maço 1, E85P02). Como exemplo: “Mapas estatísticos da população (por sexo, idade e raça) dos municípios da Província do Rio Grande”, “Quadros estatísticos territoriais (nomes das estâncias, proprietários, dimensões, tipo de criação, número de trabalhadores, peões e agregados)”, “Quadros estatísticos dos edifícios públicos e particulares (por tipo de material de construção) das cidades, vilas e distritos da Província”.

um grande mapa da Província”, para logo dizer que “estes quadros são os que o Conselheiro [Antônio Eleuthério de] Camargo, dez anos mais tarde, publica em seu trabalho estatístico da Província”.¹² Antônio Eleuthério de Camargo foi o sucessor de Corrêa da Câmara no comando da repartição de estatística.

Foram como fica dito, confeccionados estes trabalhos na esperança de os apresentar impressos, como cumpria; conseqüentemente mandei organizar os quadros e mapas em folhas separadas, para facilitar a impressão. Mui tarde reconheci que o Governo Imperial, de quem esperava meios para proceder a essa impressão, ou a aprovação de medidas que lhe propus, para que ela fosse feita por outra via, se denegara a um e outro. Forçoso me foi então dar outra disposição aos meus quadros, reduzindo-os a cadernos, para que mais facilmente fossem lidos e examinados pelo Exmo. Governo Provincial. Todavia os mapas sobre herdades, e alguns outros, vão por estreiteza de tempo em folhas separadas, como tinham sido organizados para impressão (Câmara, 1851: 6-7).

Quanto ao processo produtivo, desenvolve uma incansável correspondência, ora dirigida à autoridades, ora funcionando como orientação aos agentes locais, quando os consegue arregimentar. Pouco a pouco, não dando tréguas a ninguém, cria uma rede de contatos. Aos agentes locais passa instruções detalhadas: a quem deviam procurar, como deviam se apresentar, como deviam começar as conversas (entrevistas), como deviam consultar a documentação; ademais, essência do processo, revelava a natureza da investigação, em forma de questões, uma após outra, em texto corrido, mas não em formato impresso de formulário (questionário); ao final, dizia como deviam retornar às autoridades, para confirmar a veracidade das informações coletadas e anotadas¹³. De posse dessas informações individuais as agregava para ulterior divulgação.

Para que seja julgado com a justiça que merece este trabalho releva ter ainda presente: 1º que algumas imperfeições nele introduzidas devem atribuir-se à falta do necessário tirocínio em empregados que absolutamente dele careciam; não sendo possível depará-los mais habilitados com os escassos ordenados que eles percebiam; 2º que foram poucas as estações [sic] públicas que puderam prestar-se a fornecer esclarecimentos à estatística; e que apesar de mapas, modelos, que lhes foram remetidos, nem todos se conformaram com eles, do que resultou fadiga imensa, e grande perda de tempo em pô-los em harmonia. Estou longe de acusar a quem quer que for [seja]; antes mui disposto a escusar, seja o diminuto dos esclarecimentos e dados subministrados, seja a falta total desses mesmos esclarecimentos e a irregularidade que se nota neles. A guerra civil destruiu muitos arquivos; outras coisas concorreram para que não houvesse exatidão nos registros, e quase todas as estações [sic] públicas carecem

¹² Esta obra, de 1868, tem por título “Quadro estatístico e geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”, com exemplar existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A ela se soma um “apenso” com tabelas em grandes folhas de papel, existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Essas tabelas são de difícil manuseio, pelo formato desmesurado, o que em nada se parecem com os “cadernos” de Corrêa da Câmara, sempre de agradável portabilidade. Assim, ou não são os tais cadernos, ou eles sofreram reformatação.

¹³ No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul há várias dessas correspondências, por exemplo, com a classificação dos bibliotecários: “Correspondência enviada pelo encarregado da estatística, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, com instruções a um empregado da comissão sobre dados a recolher em Pelotas, Jaquarã e Piratini” (de próprio punho de Corrêa da Câmara), “Correspondência enviada à Comissão de Estatística pelo Vice-diretor do Depósito Naval em Porto Alegre com dados sobre o depósito” (também manuscrita). A expressão “comissão de estatística” não parece adequada.

de escreventes que tomem a si a tarefa, aliás, pesada, e a um tempo gratuita de coligir, extrair os esclarecimentos em questão (Câmara, 1851: 4).

E para além de orientar o manuseio de documentos, para extrair as informações individuais necessárias à elaboração das estatísticas, preocupa-se com o estado de conservação dos mesmos, já rotos pelo tempo, e aplica esforços em recuperá-los. Dessa forma, ia além da dimensão cotidiana da repartição.

Faltando-me desde os meus primeiros passos na Estatística, os elementos indispensáveis para o trabalho, e ao mesmo tempo em que me ocupava da volumosa correspondência, em que esses elementos eram solicitados, lancei mão dos livros de registros de sesmarias de campos para criar; de datas de terras para lavar, e das de terrenos para casas, com os fins seguintes: 1º o de calcular, como cumpre a todo o estatístico, a razão em que se acham os terrenos ocupados com os devolutos; 2º o de apreciar o valor dessas propriedades; 3º o de consignar em um volume impresso todos esses títulos, onde de um lançar de olhos se conhecesse nos respectivos quadros a denominação da Fazenda, ou terreno concedido, o nome do concessionário, a confrontação respectiva, a autoridade que tal concessão fez, o ano finalmente dessa concessão; trabalho que se tornara tanto mais urgente quando muitos dos livros registros tem as letras tão apagadas que ficarão brevemente inteligíveis, e que sendo frequentíssimas as demandas e ações litigiosas levadas aos tribunais à cerca de tais propriedades, muito utilizariam esses tribunais e as partes interessadas em ter à mão em um ou dois volumes impressos o que se acha espalhado em muitos outros e de mistura com todas as outras classes ou espécies de registros; 4º finalmente tive em vista reunindo em um só corpo aquele insano trabalho, proporcionar aos Engenheiros geográficos, topográficos, hidráulicos etc., que trabalharem na Estatística o inapreciável benefício das confrontações, rumos de agulha, etc. que supririam, quanto é possível, a desapareição de tantos volumes de idêntico trabalho, confeccionados pelos Engenheiros da demarcação que levantaram a carta do País, e dos quais apenas resta um só volume na Secretaria (Câmara, 1851: 5-6).

Por fim, diz como promoveu a divulgação dos resultados, nunca alcançados ao mesmo tempo, e, por isso, para não privar o governo de números, os foi oferecendo em fascículos n'O Mercantil, sendo o livro uma coleção desses fascículos.

Não dependeu de mim dar outra ordem, outra disposição aos meus trabalhos, fui confeccionando aqueles artigos cujos elementos primeiro me vieram às mãos, e se deixei de tratar de outros, foi porque careci absolutamente dos dados elementos [sic] que em vão solicitei, dos que mos poderia prestar. [...] Posso assegurar que pus quanto cuidado em mim estive por dar a possível perfeição a este trabalho, e que por cúmulo de contradição, ainda gravissimamente enfermo como me vejo ao escrever estas linhas, o continuei sem interrupção de um só dia, arrastando-me do meu leito à sala em que eles se fazem para dirigi-los (Câmara, 1851: 5-6).

A obra focal de Corrêa da Câmara (II)

Depois da introdução, o livro está posto em seções, que são: "Sucinta descrição geográfica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (situação, confrontação, atual divisão)", "Território considerado com relação às facilidades que oferece ao movimento industrial", "Território geognófica e geologicamente considerado", "Clima", "História", "Meios defensivos do país", "População", "Agricultura; criação de animais", "Comércio" e "Rendimento da província". Como se vê, não existe uma ordem lógica, e as seções são por demais variáveis em tamanho, e em conteúdo, refletindo a afirmação do autor de que não teve condições de aprofundar suas narrativas, seja por falta de números, seja por falta de outras informações. Os números, que sustentam suas abordagens, como dito antes, estão nos anexos, em separado.

Na descrição geográfica do território, enumera latitudes e longitudes minuciosamente, aponta acidentes geográficos, apresenta extensões. Na relação do território à indústria, aborda uma indústria associada à pecuária, e dá valor ao "título lisonjeiro [dado à Província] de Seleiro do Brasil" (Câmara, 1851: 13), sem dizer quem o afirmou. Segue tratando da geologia do território, a que empresta especial atenção, o mesmo fazendo quando ao clima, logo a seguir. Nesse ponto passa à história, e se declara devedor dos textos de José Marcelino da Costa Cabral, antes citado; nessa seção observa o caráter dos gaúchos, seus costumes, hábitos e índole, como segue:

Sóbrio, ativo, generoso e bravo; amigo sincero e inimigo não depreciável; firme como um rochedo e de invencível constância na maior adversidade; entusiasta da glória, e para consegui-la anelando os combates, e correndo após [sic] o perigo com avidez insaciável: mas preferindo as mais rudes fadigas de vivíssimas operações militares à estação inativa dos cantonamentos, e a que resulta as nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço de infante que o de cavaleiro, sem deixar de desempenhar qualquer deles quando lhe é destinado; dispensando-se algumas vezes e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de ânimo num campo e batalha; sensível em extremo ao benefício, e perdoando poucas vezes um ultraje; inclinado ao belo sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notáveis até nas classes menos educadas; sofrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa, com resignação e paciência admiráveis; geralmente talentosos, e aptos para cultivar ciências em que muito teriam aproveitado se de mais tempo as leis, e as instruções que se fomentam e mais felizes circunstâncias tivessem concorrido para ajudá-los; bom pai, excelente marido, filho respeitoso. O cidadão Rio-Grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras, que o fazem recomendável, e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado. Tudo deve esperar-se, finalmente, de um povo, que atravessando a sega [seiva] mal conduzida guerra civil de seu país, que a todo momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, que constantemente arremessadas para o charco imundo da brutalidade, imoralidade, impudor, e desenvoltura da asquerosa imprensa brasileira (aliquanta exceptione concessa),

nem assim foi possível degradá-lo, e corrompê-lo, conservando-se intacto no seu gênio cavalheiro, seus brios, modéstia, dignidade e honra (Câmara, 1851: 23-24).

Segue com os meios de defesa, e se vale de sua condição de antigo militar, bem assim de experiente diplomata. Pelas condições do território, não imagina defesas improvisadas, ao sabor desta ou daquela disputa, mas antes propõe um programa defensivo permanente. Defensivo, sim, mas com condições de se antecipar aos eventuais ataques, em eles sendo óbvios. Imagina um exército permanente, devidamente distribuído pelo território. E por demais, entende, com extrema propriedade, que é vital haver mapas, e fala do esforço em elaborá-los. Fala ainda do saber onde estão os recursos (homens, cavalos, gados, etc.) disponíveis para uma boa intendência.

Na seção "População" relaciona grandes nomes, mostrando erudição distinta. Entre outros considera o fundador da Aritmética Política inglesa, Sir Willian Petty (1623-1687), de cujo método apresenta familiaridade. Apresenta, para efeito de ulteriores comparações, a situação de diversos países, com ênfase na Inglaterra, mas também fazendo referências aos Estados Unidos, à Alemanha e à França (e faz menção aos enciclopedistas, numa filiação intelectual ao iluminismo). Considera os escravo e os índios; os nascimentos e os falecimentos. Tenda extrair indicadores de comparação, mas pouco apresenta da província rio-grandense, lamentando a deficiência documental, pelo quê, só mesmo fazendo um recenseamento.

Antes de tratar da população Rio-Grandense, de que por desgraça tão poucos dados e esclarecimentos tem sido possível obter, cumpre reunir neste lugar o que acerca desta avaliação pensam alguns estatísticos de um e outro hemisfério, e ver-se-á no conhecimento da invencível dificuldade de atingir a verdadeira cifra da nossa população atual, se para obtê-la fosse indispensável uma minuciosa dinumeração [enumeração?; arrolamento?] dos habitantes, faltando-me como me faltam, os indispensáveis elementos que deviam por tal guisa determiná-la, e que a deficiência total de assentos Paroquiais em muitas Igrejas e seus livros registros respectivos que a revolução inutilizou; a carência de Amanuenses em outras e em grande parte das estações [sic] civil que os extraíssem, vieram aumentar consideravelmente com outras mui graves torturas que lhes fazem aziaga companhia, esses peníveis embaraços em que eu com todos os meus predecessores nos vimos envolvidos (Câmara, 1851: 32-22).

Considera a extração de metais, aborda a criação de animais, e a tudo associando à comunicação ou, melhor dizendo, ao transporte, que considera deficiente. Lamenta a ausência de estradas de ferro, e, como meio de se compensar essa deficiência e insuficiência, volta a tratar da introdução dos dromedários. Quer a criação de um jardim botânico, para efeito de aclimação. Na seção referente ao comércio, aborda a questão da cabotagem, que considera mesquinha; esmiúça as condições comerciais, em várias regiões, e em

algumas cidades; seguindo uma abordagem dos rendimentos. Nessas últimas seções, o desempenho de Sebastião Ferreira Soares foi chave, e Corrêa da Câmara o reconhece, e é onde mais números aparecem.

Em busca de Corrêa da Câmara

Falece em junho de 1848, deixando um grande vazio. Já em 1849, as estatísticas ficarão ausentes do relatório do presidente da província. Em 1850, José Antônio Pimenta Bueno (futuro Marquês de São Vicente)¹⁴, volta ao assunto dizendo: “examinando o que há feito, devo dizer-vos, que resta tudo por fazer”, contudo, afirma entender que “tão importante Repartição deve ser conservada, mas sem dependência de tão numeroso e desnecessário pessoal” (Relatório, 1850: 9). Vai aí, pois, o triplo dilema que as repartições de estatísticas ciclicamente enfrentavam (e não raro ainda enfrentam, a menos das inovações tecnológicas): primeiro, exigem muita gente e gastam muito; segundo, demoram a apresentar resultados, pois os períodos de produção são longos e lentos; terceiro, é muito difícil, quase sempre, utilizar os resultados, na feitura das políticas públicas.

A essa altura são extintos o Arquivo Estatístico e também o Arquivo Público, pela Lei 199, de 5 de dezembro de 1850 (lei orçamentária). Seu art. 3º, § 3º, autoriza o presidente da província “a remover para o estabelecimento, que melhor convier, os papéis, e demais objetos” daquelas extintas repartições, cabendo o cuidado dos mesmos ao “Oficial Maior da Secretaria da Assembleia Provincial, que para coadjuvá-lo poderá chamar a qualquer dos outros empregados da mesma Secretaria”. Sete anos depois, pelo art. 32 da Lei 367, de 4 de março de 1857 (lei orçamentária), fica o presidente da província autorizado a “fazer as despesas indispensáveis para obter e coligir todos os papéis e documentos que possam ser úteis à organização da estatística da província, fazendo recolher todos os trabalhos anteriormente feitos sob a direção do falecido Conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara”. Esforços ingentes terão lugar, mas os frutos serão poucos; os papéis de Corrêa da Câmara tinham sumido.

¹⁴ A Diretoria Geral de Estatística, primeira repartição estatística de âmbito nacional, que fará o censo geral de 1872, será criada em 1871 no gabinete por ele presidido, entre os Gabinetes presididos pelo Visconde de Itaboraí e pelo Visconde do Rio Branco, tendo João Alfredo Correia de Oliveira, como Ministro de Estado dos Negócios do Império.

Na trajetória do Conselheiro.

Na província fluminense, ao lado da Corte, muito longe da província rio-grandense, em 1849, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Barão (e futuro Visconde) de Bom Retiro,¹⁵ dirigindo mensagem à Assembleia Provincial, lamenta o estado das estatísticas provinciais, situação que diz ocorrer por que

[...] muitas de nossas autoridades subalternas não estão ainda afeitas a trabalhos deste gênero, e, por conseguinte, morosamente os executam, como porque pessoas há que se recusam a prestar as necessárias informações a respeito dos indivíduos de suas famílias, ou as dão inexatas; uns por má vontade unicamente, outros por infundados receios de que com o arrolamento se procuram dados para imposição de taxas sobre os escravos, ou base para o recrutamento (Relatório, 1849: 56-57).

E para superar o imprevisto, solicita recursos orçamentários, para efeito de “coadjuvar o desempenho deste importante ramo do serviço público”, falando dos valores alocados para este fim pela província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em referência implícita a Corrêa da Câmara, recém-falecido.

Em 1850, então, o oficial da secretaria de governo, Ângelo Thomaz do Amaral, envia ofício ao vice-presidente, no exercício da presidência, o comendador João Pereira Darrigue Faro, solicitando “a criação de um arquivo onde sejam devidamente classificados todos os documentos concernentes à estatística provincial, os quais serão brevemente em crescendo número e preciosos”, e justifica essa sugestão lembrando “o exemplo de alguns países estrangeiros adiantados, e mesmo entre nós o do Rio Grande do Sul, onde semelhantes trabalhos são incumbidos a repartições especiais”, sendo claro estar falando da experiência descrita acima (Amaral, 1851). A ideia é aceita, e é criado um Arquivo Estatístico, e Ângelo Thomaz do Amaral é nomeado seu responsável, afirmando o vice-presidente:

As diversas autoridades locais encarregadas de dirigir sua execução [do censo] não podem consagrar-lhe todos os seus cuidados, distraídas como são para outros encargos; e em quase todas as freguesias, mormente nas mais acanhadas, a apatia das municipalidades, a pouca inteligência dos inspetores policiais, a inércia dos párocos e a infundada prevenção dos seus habitantes contra um trabalho cujo fim lhes parece sinistro, baldam os esforços e as instruções do governo as mais claras, precisas e minuciosas. Se o simples arrolamento encontra estes embaraços, outros ainda maiores surgem, quando se quer ensaiar uma estatística que sirva de base ao legislador e ao estadista para o estudo comparado das fontes da riqueza, da percepção dos impostos, da redução de uns e substituição por outros, da adoção

¹⁵ Nasceu e morreu no Rio de Janeiro, 1818-1886, foi um dos raros amigos íntimos do Imperador Dom Pedro II. Presidiu a província do Espírito Santo, 1846-1848, e do Rio de Janeiro, 1848-1853. Foi Ministro dos Negócios do Império, no gabinete presidido pelo Marquês de Paraná (gabinete de conciliação), 1853-1856. Então, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, futuro Deputado Geral e futuro Senador, era Secretário da Presidência (ou de Governo); teria papel de relevo na tentativa frustrada de elaboração do Censo Geral de 1852.

de medidas peculiares a certos municípios com relação à sua indústria especial, enfim para a base sobre a qual os poderes sociais estabeleçam seus atos legislativos ou de administração, sem que recorram, como nos países desorganizados, a hipóteses e presunções. Entre nós o mais ridículo exame oficial da propriedade é logo taxada de violência e de perseguição, de sorte que nem sequer podemos ainda fazer exatamente o inventário de nossa produção agrícola (Relatório, 1850: 4-5).

Ano seguinte, 1851, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ao passar, de novo, a presidência da província ao Comendador João Pereira Darrigue Faro, lembra a criação do Arquivo Estatístico, e elogia a atuação de Ângelo Thomaz do Amaral. Afirma dever-se nomear, sem tardança, os comissários municipais, para exame das informações fornecidas pelas autoridades locais (delegados, subdelegados, párocos, dentre outros) (Relatório, 1851: 4-5). Em seu relatório, anexa um estudo elaborado naquela repartição, intitulado "Primeira publicação do Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro" (em 14 páginas), e que será o único de que se tem conhecimento.

Tomando os exemplos da Bélgica e da França, nações bastante adiantadas, não obstante também tendo muitas dificuldades na elaboração das estatísticas, e tendo em mente as restrições e limitações brasileiras, bem assim, sua não tradição estatística, diz que "não admira que entre nós ainda se não tenham podido fazer um recenseamento que abranja a população de todas as localidades". E anota que, entre as nações, apenas os Estados Unidos "têm tido a felicidade de proceder regularmente aos alistamentos de sua população desde 1790 até hoje", lembrando que fazer o censo, fora tomado por tal importância que estava previsto "no artigo primeiro da carta de 17 de setembro de 1787". Entre nós, rememora o disposto no Ato Adicional, "que incumbe às Assembleias Provinciais de promoverem, cumulativamente com a Assembleia Geral e o Governo Geral, a organização da estatística nas províncias", e acrescenta:

Criando-se em todas semelhantes instituições, dando-se-lhes do centro uma direção unitária, marcando-se-lhes com precisão as bases de suas investigações, chegariam elas a formular estatísticas locais em vista das quais se organizariam a particular do Império. Colher uniformemente os dados em todos os pontos do território, empregando o maior cuidado para que eles sejam (darei servindo-me de uma imagem de Wolowski) moeda escrupulosamente cunhada com o mesmo título, fazê-los depois convergir para um centro comum à fim de serem examinados, coordenados e publicados, tal é a marcha que se deve seguir. No pouco que até hoje se tem feito em um limitado número de províncias não há a menor harmonia de ideias. (Amaral, 1851: 6).

Em 1852, em movimento semelhante, passando a presidência da província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, recorda e lamenta o fracasso da tentativa de realização do Censo

Geral do Império (1851-52)¹⁶. E volta a falar da escolha e indicação dos comissários municipais, tantos “quantos forem os municípios, freguesias e curatos”, e mais ainda, a escolha e indicação de subcomissários tantos “quantos os distritos em que convenha dividir cada uma daquelas circunscrições territoriais” (Relatório, 1852: 6-8).

Ano seguinte, 1853, de novo passando a presidência da província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em relato simples e sintético referente ao Arquivo Estatístico, começando um desânimo evidente, informa, quanto à escolha e indicação dos referidos comissários, que “alguns aceitaram os cargos, e estão em exercício; outros, porém, pediram dispensa, em geral alegando justos motivos”. E diz que estava aguardando informações “sobre os cidadãos que devem ser nomeados com proveito em lugar destes”, razão porque não conseguira fazer todas as nomeações, como gostaria (Relatório, 1853: 5).

Falta fôlego; tudo é difícil: as pessoas relutam em informar, e se o fazem, sonegam a verdade; os funcionários qualificados são poucos, quando existem; os recursos são mais e mais demandados, contudo, minguam os orçamentos; as estruturas precisam crescer, e fazem crescer as despesas indesejáveis; ademais, os resultados são mínimos, quando os há, e se os há, são sempre lentos, demorando muitíssimo a frutificarem, tanto que nem mais se lembra da origem das demandas. Não obstante, a alta direção da repartição de estatística segue zelosa e animada, dedicando-se com inteligência e sem esmorecimento. Diante desse quadro, o fim está próximo.

Em 1856, o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino¹⁷, vice-presidente no exercício da presidência da província, começa dizendo que “não me acanho, senhores, em dizer-vos que pouco tem podido fazer a repartição encarregada deste ramo de serviço [a estatística]”, e fala das ações em curso, das dificuldades encontradas, para, judicioso, acrescentar:

Nenhum de vós por certo põe em dúvida as vantagens reais, as apreciações exatas, as conclusões judiciosas, que se podem tirar da estatística em geral. A legislação em todos os seus ramos, o comércio em todas as suas transações, a agricultura nos seus processos e melhoramentos, as ciências, as artes, a sociedade enfim e toda a longa e variada escala de suas necessidades e reformas, carece muitas vezes socorrer-se da estatística, ciência dos fatos, que dirige o raciocínio e lhe ministra materiais preciosos para toda a construção moral e física, que é o labor perpétuo, a obra constante da humanidade. Não obstante, porém, essa convicção unânime, como é sempre a que gera uma verdade universal e incontroversa, a estatística, embora guia seguro e prudente, deixa muitas vezes de servir-nos de farol em nossas indagações, desde que o estádio que queremos percorrer não é caminho de trevas ou de todo desconhecido: temos pressa de chegar, e afã em concluir; abrimos por isso mão do guia, por

¹⁶ Sobre o censo de 1851-52, planejado e não executado: Senra (2011).

¹⁷ Sobre o Conselheiro Tolentino, veja-se: Cândido (2002), ricamente ilustrado.

demais cauteloso, que nos retarda a jornada. Eis porque a estatística, feitura moderna da civilização, é ainda pouco apreciada em alguns países, onde, por outro lado, a difícil e morosa coleção dos fatos, exige recursos, tempo, dedicação e inteligência, que nem sempre é possível reunir para esse fim. No entanto, cumpre não esmorecer nas tentativas, antes de continuá-las com perseverança, e ir pouco a pouco vencendo a relutância dos auxiliares nessa tarefa de resultados lentos, e remotos, mas por isso mesmo seguros e preciosos (Relatório, 1856: 32-34).

Em 1857, Ângelo Thomaz do Amaral já deixara a direção do Arquivo Estatístico, e estava presidindo a Província do Amazonas¹⁸. Em 1858, diante da decadência da repartição o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino, já nomeado presidente da província, extingue o Arquivo Estatístico, passando suas funções à Diretoria das Obras Públicas, não obstante reconhecer que “a estatística e a corografia são dois elementos indispensáveis para o legislador e para o administrador” (Relatório, 1858:154-158). Note-se que em 1857, o governo do Rio Grande do Sul tenta recuperar e reutilizar os papéis de Corrêa da Câmara, sem maiores sucessos. As trajetórias foram semelhantes, e os insucessos imediatos também, ficando, contudo, a Corrêa da Câmara algumas inegáveis glórias, que a história não lhe negaria.

Palavras finais

As durações dos trabalhos estatísticos nas respectivas repartições, os Arquivos Estatísticos provinciais, foram mais ou menos as mesmas. Da criação à extinção, passam-se cinco anos no Rio Grande do Sul e outro tanto no Rio de Janeiro; da criação à saída dos seus idealizadores e animadores, passam-se menos de três anos no Rio Grande do Sul e menos de cinco anos no Rio de Janeiro; após essa saída, o ânimo continua presente no Rio Grande do Sul por mais dez anos, no Rio de Janeiro por dois anos apenas. Enquanto as repartições de estatística existiram, os relatórios dos presidentes das províncias foram mais completos e consistentes em suas argumentações. As estatísticas apareciam nos discursos, tema a tema, além de aparecerem em longos anexos tabulares. Como esperado, as estatísticas configuravam um saber distinto e robusto ao exercício dos poderes legislativo e executivo, mormente deste diante daquele, em suas argumentações: forma de saber e fonte de poder.

As dificuldades foram semelhantes, e os caminhos trilhados mais ou menos os mesmos. Corrêa da Câmara foi influente nessas experiências, não sem algumas mudanças avançadas na província fluminense. Por demais, influenciou a trajetória de Sebastião Ferreira Soares,

¹⁸ Em 1871, junto com Antônio Cândido da Rocha, Ângelo Thomaz do Amaral, receberá concessão para explorar petróleo, entre outras substâncias, em Iporanga, Comarca de Xiririca, no Vale do Ribeira.

que o tinha como mestre.¹⁹ Por demais, é possível especular que José Cândido Gomes, gaúcho, lhe fosse discípulo, tendo-lhe cabido o papel de propor uma primeira estruturação das estatísticas brasileiras, em 1862, já na esfera nacional, no contexto do recém-criado Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.²⁰ E é possível sugerir que o Senador Cândido Batista de Oliveira (1801-1865), gaúcho e matemático, nomeado diretor geral do censo de 1851-1852, lhe tenha sabido das realizações; e possível lembrar que o futuro Senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), nomeado secretário do referido censo, pela função que ocupava na província fluminense, de secretário de governo à época de Ângelo Thomas do Amaral e seu Arquivo Estatístico, tenha sabido da atuação de Corrêa da Câmara. Ao menos ele, senão também Cândido Batista de Oliveira, terá sabido da realização de Corrêa da Câmara. Assim sendo, terá feito escola.

¹⁹ Sobre este homem notável ver Senra (2006).

²⁰ Sobre essa atuação ver Serna (2006a).

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Angelo Thomaz. **Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro**. Primeira publicação. Niterói: Tipografia de Amaral & Irmão, 1851, nota 5. Anexo ao Relatório apresentado ao Exmº Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província no dia 5 de maio de 1851. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio, de N. L. Vianna, 1851.

CÂMARA, Antônio Manoel Corrêa da. **Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1851.

CÂNDIDO, Antônio. Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2002.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. "Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Tipografia do Centro, ano II, p.149-373, 1922.

FERREIRA, Francisco Xavier. "Sugestões sobre a organização da estatística da província de São Pedro do Rio Grande (1822)". **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 1, n. 1, p. 137-138, jan/mar 1940.

PORTO, Aurélio. Os Corrêas da Câmara. **Notas genealógicas, biográficas e históricas**. Anais do Itamaraty, ano II, vol. II, 1937. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1938.

RELATÓRIO com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1846, o Exmº. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província. Porto Alegre: Tipografia de I. J. Lopes, 1846.

RELATÓRIO do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antônio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847. Porto Alegre: Tipografia do Argos, 1847.

RELATÓRIO do Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João

Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848. Porto Alegre: Tipografia do Porto-Alegrense, 1848.

ADITAMENTO feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm^o Vice-presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Ilm^o e Exm^o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exercito em Guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Porto Alegre: Tipografia do Comércio, 1848.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da 2^a sessão da 7^a legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1^o de março de 1849. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de N. L. Vianna, 1849.

RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1^o de outubro de 1850. Porto Alegre: Tipografia de F. Momatelli [?], 1850.

RELATÓRIO apresentado ao Exm^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província no dia 5 de maio de 1851. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio, de N. L. Vianna, 1851.

RELATÓRIO apresentado ao Exc^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1852. Niterói: Tipografia de Amaral e Irmão, 1852.

RELATÓRIO ao Exm^o Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, pelo Presidente, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 3 de maio de 1853. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de A & L. Navarro, 1853.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa provincial do Rio de Janeiro na 1^a sessão da 11^a legislatura pelo Vice-presidente da Província, o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino. Niterói: Tipografia, da Pátria, de C. B. de Moura, 1856.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, na 1^a

sessão da 12ª legislatura, pelo Presidente, o Conselheiro Antônio Nicolao Tolentino. Rio de Janeiro: Tipografia Universal e Laemmert, 1858.

RELATÓRIO do Vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1ª sessão da 8ª legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de março de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de N. L. Vianna, 1850.

SENRA, Nelson de Castro. "O povo (sem senso?) em armas contra medidas racionais do Governo Imperial Brasileiro (1851-1852)." CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de, et. al. (org.). **Em Associação das Américas, as estatísticas públicas como objeto de estudo**. Série Estudos e Pesquisas n. 90, pp. 97-127, Salvador: SEI / BA, 2011.

_____. "Sebastião Ferreira Soares, lutador solitário e perseverante". **História das Estatísticas Brasileiras (1922-2002). Vol. I: Estatísticas Desejadas (1822-c1889)**, p. 499-518, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. "José Cândido Gomes e a estruturação das estatísticas brasileiras (1862)". **História das Estatísticas Brasileiras (1922-2002). Vol. I: Estatísticas Desejadas (1822-c1889)**, p. 229-49 Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

Recebido em setembro de 2014

Aprovado em novembro de 2014